



A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM MINAS GERAIS: APROXIMAÇÕES INICIAIS

REIS, L. T.¹; SILVA, C. T. DA²; MENDES, L. C.³

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFNMG – *Campus* Salinas; ²Discente do curso de Licenciatura em Matemática do IFNMG – *Campus* Salinas; ³ Doutorado em Educação, docente da Área de Fundamentos da Educação e Didática, do IFNMG – *Campus* Salinas.

Introdução

O presente texto é fruto das aproximações iniciais que estamos realizando no projeto de ensino intitulado “O desmonte e a resistência da educação pública no Norte de Minas Gerais (anos 2.000...) e as repercussões na formação docente”, desenvolvido no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Salinas. O projeto é fruto de uma parceria deste *campus* com o Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisas sobre Trabalho, História, Educação e Saúde (UERJ/UFF EPSJV/Fiocruz) e o Museu Pedagógico - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O nosso intuito é analisar as políticas educacionais, sobretudo, a partir da década de 1990 foram fortalecidas e homogêneas pelo projeto neoliberal conservador e, como consequência, tem impulsionado a implantação de programas e projetos que tem alterado a proposta democrática e emancipatória de educação, a exemplo da Escola Sem Partido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a BNC-Formação Docente, a educação domiciliar e, mais recentemente, a militarização das escolas públicas no Brasil, que é um fenômeno que tem se expandido exponencialmente nos últimos anos e tem ocorrido em distintas configurações nos estados brasileiros.

Visando centralizar esse processo, na gestão do presidente Jair Messias Bolsonaro foi instituído o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), por meio do Decreto nº 10.004/2019, ganhou espaço na política educacional brasileira. Contrapondo-se ao fato de que o Pecim “abala” as estruturas democráticas, vários estados brasileiros, como foi o caso Minas Gerais que, algumas instituições solicitaram adesão ao Programa, visando a implementação a partir do ano de 2020 (Saraiva e Silva, 2023). Importante destacar que, apesar da extinção do mencionado programa, no corrente ano, percebemos uma expansão da militarização das escolas públicas por outras vias. Em vista disso, destacamos a relevância dos estudos desta natureza.

Para este texto, utilizamos como referencial teórico os estudos de Saraiva e Silva (2023), Mendonça (2019), Santos (2021), Santos e Alves (2022), os Decreto n.º 10.004 (2019) e n.º 11.611/2023 que, respectivamente, instituíram e revogaram o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), além de notícias divulgadas nos jornais *O Tempo*, *Carta Capital* e os dados apresentados pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE-MG).

Assim, o objetivo deste texto é apresentar, panoramicamente, aspectos do processo de militarização das escolas públicas em Minas Gerais.

Material e Métodos

Para a realização deste estudo, utilizamos uma abordagem qualitativa e como procedimentos metodológicos recorreremos a análise bibliográfica (artigos e dissertações) e documental (especialmente legislações e notícias de jornais).

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFNMG – *Campus* Salinas. Responsável pela apresentação deste trabalho.



Resultados e Discussão

O processo de militarização da educação não é novo, segundo Santos e Alves (2022) a presença de militares na educação (Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Exército e demais Forças) nas escolas tem início no final da década de 1990. Santos (2021), assegura que, a perspectiva é “de repasse das gestões administrativa, disciplinar e, às vezes, pedagógica das escolas civis públicas, vinculadas às secretarias distrital, estaduais e municipais de educação, para o comando de militares” (p. 6).

A militarização das escolas foi transformada em uma política nacional e influenciou as redes de ensino, por meio do Decreto n.º 10.004 (2019) que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), sob responsabilidade do Ministério da Educação e da Cultura (MEC), com apoio do Ministério da Defesa. A proposta foi adotar em escolas estaduais e municipais os “padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares” (Brasil, 2019, p. 11).

A análise do decreto evidencia a contradição entre a proposta das escolas cívico-militares e os princípios da gestão democrática da educação, inclusive pela possibilidade de sujeitos militares na composição da gestão escolar, contrariando, dentre outros dispositivos legais, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9394/1996).

Apesar das críticas, em 2020, o estado de Minas Gerais começou o processo de militarização em 10 instituições que, juntas, atendem cerca de 6 mil estudantes, segundo dados divulgados pela Secretaria de Educação. As unidades estão localizadas grande maioria no sul/sudeste, nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Ibituripe, Itajubá, São João Del Rei, Santos Dumont e Três Corações (SEE/MG, 2023), possuindo uma unidade no norte de Minas, em Montes Claros². Conforme matéria publicada no jornal *O Tempo*, atualmente, o Estado de Minas Gerais conta com 16 escolas militarizadas na modalidade de gestão compartilhada com o Corpo de Bombeiros.

Santos (2021) esclarece que, neste estado, a militarização tem ocorrido sobretudo pela transformação de instituições públicas das redes estaduais em Colégio Tiradentes, que são escolas “tradicionalmente criadas e administradas pela PM, vinculadas e mantidas pelas Secretarias de Estado e de Segurança Pública” (p. 7). Importante destacar que, segundo a supracitada autora, estes Colégios têm reservas de vagas para dependentes de militares (na ordem de 30 a 50%) e, o Estado de Minas Gerais é “a unidade da federação que possui a maior quantidade desses colégios, com trinta unidades distribuídas por diferentes municípios” (ibidem).

No corrente ano, o PECIM foi revogado por meio do Decreto n.º 11.611/2023, entretanto, isso não garantiu o fim da militarização da educação no país, visto que, a maioria desses projetos têm sido capitaneados por estados e municípios das diferentes unidades da federação (Basilio, 2023). Em Minas Gerais, por exemplo, o Governador Romeu Zema tem afirmado que manterá o processo de militarização das escolas públicas³.

Considerações finais

Este resumo expandido apresentou, panoramicamente, o processo de militarização da escola pública em Minas Gerais. É resultado de análises realizadas no projeto de ensino e desenvolvido no *campus* de Salinas. As fontes analisadas induzem a um conjunto de questionamentos sobre a negação de princípios, tais como: a gestão democrática do ensino público (devido ao gerenciamento das

²Fonte: https://www.google.com/url?q=https://www.coronelhenrique.com.br/noticias/coronel-henrique-visita-a-escola-civico-militar-de-montes-claros&sa=D&source=docs&ust=1694660845016370&usg=AOvVaw0kwqRtkq2Tv_o3nM9pD7Ub

³Fonte: <https://www.educacao.mg.gov.br/escolas-civico-militares-da-rede-estadual-de-minas-gerais-serao-mantidas-em-gestao-compartilhada-com-o-corpo-de-bombeiros/>



corporações militares), a diversidade étnico-racial (uniformização de vestimentas, cortes de cabelos, etc.), liberdade de aprender e de ensinar (submissão de normas rígidas), dentre outros. Mesmo que, Pecim tenha sido extinto, tudo indica que o processo de militarização de escolas segue em expansão e fortalecido pelas unidades da federação, a exemplo do estado de Minas Gerais.

Agradecimentos

Ao Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), *campus* Salinas pela concessão da bolsa de estudos e as instituições parceiras: Grupo THESE e o Museu Pedagógico, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pelos diálogos profícuos.

Referências

- ABALEM, I. Veja lista das escolas cívico-militares que serão mantidas em Minas Gerais. **O Tempo**, 13 de julho de 2023. Disponível em: <<https://x.gd/zpQ7E>> Acesso em: 14 Set. 2023.
- BASILIO, A. L. Por que o anúncio do MEC não garante o fim das escolas militarizadas no País. **Carta Capital**, São Paulo, 13 de julho de 2023. Disponível em: <<https://x.gd/bVUyf>> Acesso em: 28 Ago 2023.
- BRASIL. Decreto no 10.004, de 5 de setembro de 2019. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Disponível em: <<https://x.gd/GjgaZ>> Acesso em: 14 Set. 2023.
- MINAS GERAIS(Estado). Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais. Escolas cívico-militares da rede estadual de Minas Gerais serão mantidas em gestão compartilhada com o Corpo de Bombeiros. 13/07/2023. Disponível em: <<https://x.gd/ARaDC>> Acesso em: 23 Ago. 2023.
- MENDONÇA, E. F. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **RBP** - v. 35, n. 3, p. 594 - 611, set./dez. 2019.
- SANTOS, C. de A. “Sentido, descansar, em forma”: escola-quartel e a formação para a barbárie. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, e244370, 2021.
- SANTOS, E. J. F.; ALVES, M. F. Militarização da Educação Pública no Brasil em 2019: Análise do cenário Nacional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.52, e09144, 2022.
- SARAIVA, A. M.; SILVA A. J. Militarização escolar em Minas Gerais: tensões e retrocessos na relação entre educação e juventudeS. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 103-123, jan./abr. 2023.